

ATA DA 742ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO
FEDERAL DE ECONOMIA,
REALIZADA NOS DIAS 30 E 31 DE
MAIO DE 2025, EM FORMATO
HÍBRIDO.

PARTICIPANTES: Os economistas Tania Cristina Teixeira – presidenta; João Manoel Gonçalves Barbosa – vice-presidente, Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Fabíola Andréa Leite de Paula, Flávia Vinhaes Santos, Gustavo Casseb Pessoti, Kerssia Preda Kamenach, Lucia dos Santos Garcia, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa, Paulo Hermance Paiva, Paulo Roberto Polli Lobo, Pedro Afonso Gomes e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. Presentes ainda: Aline Tales Ferreira, superintendente; e Jane Lopes da Silva, Assessora da presidência e do plenário. (*áudio e vídeo, manhã, 30.05.2025 – 00:00:01 – 02:26:04*). 1. Abertura da Sessão Plenária. 1. Abertura. Às dez horas e 15 minutos a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, realizou a abertura da sessão informando sobre o evento com o tema: “Nova ordem internacional e o choque tarifário - impactos sobre os países emergentes”, realizado em dia 29 de maio, a partir das 18h, no Auditório Verde – FACE/UnB, abertura - Tania Cristina Teixeira, presidenta do Cofecon; palestrante - André Roncaglia de Carvalho, diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional e comentários - Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon. 1.1. *Justificativas de ausência. Conselheiros Federais.* Não houve. 1.2 *Conselheiro Federal Suplente convocados pelo rodízio:* Frednan Bezerra dos Santos e Maurílio Procópio Gomes. 1.3 *Conselheiros Federais Suplentes convidados:* Antônio Corrêa de Lacerda e Paulo Dantas da Costa. 1.4 *Economista convidado:* Heric Santos Hossoé – relator do processo de intervenção do Corecon-AC. 1.5 *Participação Virtual:* Claudemir Galvani e Elis Braga Licks. 2. **Expediente.** 2.1. *Atas das Sessões anteriores:* 741ª Sessão Plenária Ordinária Virtual do Conselho Federal de Economia e do Superior Tribunal de Ética, realizadas no dia 14 de março de 2025; enviadas por mensagem eletrônica, as atas foram colocadas em votação e aprovada por unanimidade. 2.2. *Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;* **Participação em eventos/representação Presidência: Tania Cristina Teixeira.** Participou do lançamento do Boletim de Conjuntura Econômica do IPEAD, no dia 27 de março de 2025, organizado pelo Corecon–MG, em Belo Horizonte – MG; Participou do "Café para a Mulher Economista – Dinâmica Profissional e Desafios", no dia 05 de abril de 2025, na Unb, em Brasília-DF; Participou da reunião virtual com o tema "Diálogos sobre protocolos de Assédio Moral e Fluxo de Denúncias na Assistência Social", no dia 14 de abril de 2025, organizado pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, em Brasília-DF; Participou da composição da mesa de abertura do 5º Seminário do Estudantes de Ciências Econômicas e Relações Econômicas Internacionais, no dia 16 de maio de 2025, organizado pelo Corecon–MG, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), em Belo Horizonte - MG. **Participação em eventos/representação Pice-Presidência: João Manoel Gonçalves Barbosa.** Participou da 114ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no dia 25 de março de 2025, na sede do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília-DF; participou da solenidade de posse da nova diretoria e conselheiros do Corecon-DF bem como da cerimônia de entrega do XXVIII Prêmio Corecon-DF de Economia, no dia 26 de março de 2025, na Câmara

Legislativa do Distrito Federal, em Brasília-DF; participou da 115ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no dia 29 de abril de 2025, na sede do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília-DF; participou da 116ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no dia 27 de maio de 2025, na sede do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília-DF; participou do 9º Fórum Nacional de Controle, no dia 24 de abril de 2025, organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na sede do TCU, em Brasília-DF; e participou do Seminário Brics: Força Transformadora, nos dias 27 e 28 de maio de 2025, na Unb, em Brasília-DF. **Participação em eventos: conselheiros e colaboradores.** A conselheira federal Teresinha de Jesus participou da reunião virtual do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), no dia 19 de março de 2025, organizado pelo Comitê Nacional do MCCE, em Brasília-DF; o conselheiro federal José Luiz Pagnussat participou da assinatura da portaria do Programa Consciência e Ação durante a Premiação da Olimpíada do Tesouro Direto da Educação Financeira (Olitef), com transmissão ao vivo, no dia 19 de março de 2025, organizado pelo Ministério da Educação, em Brasília-DF; o presidente do Corecon-CE, Jose Wandemberg Rodrigues Almeida, participou da 63ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, nos dias 28 e 29 de março de 2025, organizado pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB), em Fortaleza-CE; as conselheiras federais Denise Kassama Franco do Amaral, Lucia dos Santos Garcia, Mônica Beraldo Fabrício, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e a economista Valquíria Aparecida Assis participaram do "Café para a Mulher Economista – Dinâmica Profissional e Desafios", no dia 05 de abril de 2025, na UnB, em Brasília-DF; a conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício participou do Primeiro Encontro do Programa Consciência e Ação, no dia 09 de abril de 2025, organizado pelo MEC - Ministério da Educação (Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica), em Brasília-DF; a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou reunião da Rede do Comitê Nacional do MCCE, em formato virtual, no dia 16 de abril de 2025, organizado Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em Brasília-DF; o(as) conselheiro(as) Antonio Corrêa de Lacerda, Elis Braga Licks e Lucia dos Santos Garcia, participaram do 5º Seminário do Estudantes de Ciências Econômicas e Relações Econômicas Internacionais, no dia 17 de maio de 2025, organizado pelo Corecon – MG, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – (CREA-MG), em Belo Horizonte – MG; o economista Júlio Miragaya, coordenou a realização do Seminário - Debate: “Estrutura Tributária Regressiva + R\$ 1 trilhão para os juros da dívida”, no dia 21 de maio de 2025, organizado pelo Fórum de Nacional pela Redução de Desigualdade Social, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. **Matérias e entrevistas: presidenta, conselheiros federais e colaboradores. 18 de março - [Combinação entre financiamento do BNDES e mercado privado continua fundamental para desenvolvimento](#).** Artigo de opinião por Antonio Corrêa de Lacerda, publicado originalmente no Estadão. **18 de março – [Kerssia Kamenach alerta para efeitos do aumento dos juros](#)** . A conselheira federal Kerssia Preda Kamenach foi ouvida pelo portal O Hoje para falar sobre os efeitos do possível aumento da taxa básica de juros. **24 de março - [Lacerda discute desglobalização: “Não adianta ter o fornecedor mais barato”](#).** Conselheiro federal falou à IstoÉ sobre a reorganização das cadeias produtivas globais, impulsionada pela pandemia, pela crise climática e pelas tensões geopolíticas. **24 de março – [Criptomoedas, lawfare, BRICS: Tania Teixeira é entrevistada por rádio argentina](#).** Falando à Radio Pueblo, presidenta do Cofecon reforça críticas às políticas argentinas, aponta riscos das criptomoedas e discute o futuro dos BRICS. **27 de março – [Tania Teixeira critica aumento dos juros: “Crédito para empresas e famílias sobe”](#).** Em

matéria do portal ES Brasil, presidentas do Cofecon e do Corecon-ES apontam que taxa elevada encarece o crédito, reduz investimentos produtivos e amplia desigualdades sociais. **2 de abril** – [Medicamentos sobem até 5,06%; Denise Kassama comenta](#). Em matéria publicada pelo portal Em Tempo, conselheira federal analisou o reajuste e trouxe dicas para os consumidores economizarem. **3 de abril** - [Lacerda comenta notícias econômicas no Jornal da Cultura](#). Conselheiro federal participou da bancada do noticiário televisivo no dia 01/04 e falou sobre recuperações judiciais no agronegócio, transparência nas emendas parlamentares e a aprovação no Senado da possibilidade de retaliação comercial. **7 de abril** - [Denise Kassama analisa tarifaço de Trump e oportunidades para o Polo Industrial de Manaus](#). O tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi tema de uma matéria publicado pelo portal Em Tempo, com participação da conselheira federal Denise Kassama. **24 de abril** - [Lacerda comenta cenário global e economia nacional no Jornal da Cultura](#). Conselheiro federal analisou a disputa comercial entre China e Estados Unidos, a expansão do programa Minha Casa, Minha Vida e a tensão entre governo e universidades dos Estados Unidos. **25 de abril** - [Ana Cláudia Arruda: “Houve modernização, mas não reformas sociais e urbanas”](#). Conselheira federal falou ao programa Debate da Super Manhã, da Rádio Jornal, sobre a região metropolitana de Recife. **21 de maio** - [INSS, insegurança jurídica, transparência, conflitos: Lacerda comenta notícias no Jornal da Cultura](#). *2.3. Informes dos conselheiros federais.* O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes informou sobre a reunião realizada no dia 7 de maio de 2025, com a Secretaria de Gestão de Pessoal do Ministério da Gestão. Na ocasião, foi discutido o Projeto de Lei 1466/2025, que propõe a criação de 750 cargos de analista de desenvolvimento econômico. Além do conselheiro Pedro Afonso Gomes, fizeram parte da comitiva: a presidente do Corecon-DF, Luciana Acioly da Silva; e a conselheira do Corecon-MG Valquíria Aparecida Assis. O conselheiro federal Paulo Dantas da Costa informou sobre as iniciativas relacionadas ao grupo de trabalho que está acompanhando o projeto de lei nº 3.100, 17/2024. Esse projeto está sendo analisado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Ele afirmou que, em paralelo, tem mantido uma articulação com o conselheiro Gustavo Pessotti para agendar uma audiência com o presidente da Comissão. Ressaltou ainda que é fundamental que esse processo, que atualmente está sob análise dessa comissão, seja devidamente examinado. Com esse objetivo, estão trabalhando para estabelecer contato com o presidente da comissão, o deputado Léo Prates, que é da Bahia. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva informou que faz parte da diretoria do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. **3. Processos Administrativos e Contábeis. 3.1. Processos Contábeis.** A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou o seu voto para aprovação do bloco: **1. Balancete do 1º trimestre 2024 do Conselho Regional de Economia:** Processo nº 141100.000080/2024-82 - Corecon-RR, entrega: 27/05/2025, aprovado com ressalva. **2. Balancete do 2º trimestre 2024 do Conselho Regional de Economia:** Processo nº 141100.000081/2024-27 - Corecon-RR, entrega: 27/05/2025, aprovado com ressalva. **3. Balancete do 3º trimestre 2024 do Conselho Regional de Economia:** Processo nº 141109.000014/2024-22 - Corecon PA/AP, entrega: 27/12/2024, aprovado com ressalvas; Processo 141113.000075/2025-10 (Corecon-RR), entrega: 14/03/2025, aprovado com ressalvas. Processos colocados em votação, aprovado por unanimidade. Em votação, aprovado com unanimidade. **4. Prestação de contas 2024 do Conselho Regional de Economia.** O presidente da Comissão de Ttomada de Contas, Paulo Hermance Paiva, apresentou as seguintes prestações de contas: Processo nº 141100.000076/2025-03 - Corecon-SC, entrega: 12/03/2025, com ressalvas. Na sequência, a conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da

Silva deu continuidade aos relatos das prestações de contas 2024: processo nº 141100.000115/2025-64 - Corecon-AL, entrega: 28/03/2025, com ressalvas; processo nº 141116.000033/2025-41 - Corecon-SE, sem ressalvas; processo nº 141100.000131/2025-57 (Corecon-MS), entrega: 8/4/2025, com ressalvas. Em continuação, a conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou os processos nºs 141105.000011/2025-18 - Corecon-BA, entrega: 01/04/2025, com ressalvas; 141109.000015/2025-58 - Corecon-PA/AP, sem ressalva; e 141100.000168/2025-85 (Corecon-RR), entrega: 28/05/2025, com ressalvas. Os processos foram colocados em votação, e aprovado por unanimidade. Em continuação, a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou o item **5. Proposta Orçamentária de 2025 do Conselho Regional de Economia**: processo nº 141100.000160/2025-19 - Corecon-CE, entrega: 20/05/2025, com ressalvas. Em votação, aprovado por unanimidade. **6. Balancete do 1º trimestre de 2025 do Conselho Regional de Economia**: O presidente da CTC, Paulo Hermance Paiva, apresentou seu voto favorável para os seguintes processos: 141100.000148/2025-12 – Cofecon, Sem ressalva; 141102.002490/2025-29 - Corecon-SP, Sem ressalva; 141104.000211/2025-72 - Corecon-RS, Sem ressalva; 141110.000063/2025-15 - Corecon-MG, Sem ressalva; 141100.000157/2025-03 - Corecon-SC, Sem ressalva; 141106.000278/2025-97 - Corecon-PR, Sem ressalva; e 141111.000069/2025-74 - Corecon-DF, Entrega: 19/05/2025. O conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo solicitou vista ao processo nº 141100.000148/2025-12 – Cofecon. A conselheira Federal Maria do Socorro Erculano de Lima também apresentou seu voto favorável para aprovação dos processos: 141113.000098/2025-16 - Corecon-AM/RR, sem ressalvas; 141114.000066/2025-19 - Corecon-MT, sem ressalva; 141124.000027/2025-94 - Corecon-RO, sem ressalva; 141115.000041/2025-05 - Corecon-MA, sem ressalva; 141109.000082/2025-72 - Corecon-PA/AP, sem ressalva; 141122.000054/2025-87 - Corecon-PI, sem ressalvas; 141117.000089/2025-95 - Corecon-ES, sem ressalvas; 141105.000152/2025-22 - Corecon-BA, sem ressalvas. Por fim, a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva inseriu seu voto favorável para aprovação dos processos: 141103.000393/2025-91 - Corecon-PE, sem ressalvas; 141100.000159/2025-94 - Corecon-RN, entrega: 19/05/2025, com ressalvas; 141100.000165/2025-41 - Corecon-AL, entrega: 23/05/2025 com ressalvas; 141100.000099/2025-18 - Corecon-PB, entrega: 27/05/2025, com ressalvas; 141125.000243/2025-20 (Corecon-TO), com ressalva, falta Certidão Municipal (IPTU). Em votação, aprovado por unanimidade. Com exceção do processo nº 141100.000148/2025-12 – Cofecon, que foi solicitado vistas ao processo. **7. Prestação de Contas de Auxílio Financeiro**. O presidente da CTC, Paulo Hermance Paiva, relatou os seguintes processos para aprovação do plenário: 141100.000221/2024-67 - Corecon-MG (XX Semana de Economia/Unimontes - R\$ 6.128,08), recurso não utilizado e devolvido: R\$1.456,61; e 141100.000163/2024-71 - Ange (XXXIX Congresso da ANGE - 2024), recurso não utilizado devolvido: R\$ 40,00. Em votação, aprovado por unanimidade. **8. Diligências**. O presidente da CTC, Paulo Hermance Paiva, relatou as diligências os seguintes processos para informe do plenário: 141123.000004/2025-90 (Corecon-AC), Prestação de contas 2024, diligência (Débitos Certidão Federal); 141123.000008/2024-97 (Corecon- AC), Proposta Orçamentária 2025, Diligência (Débitos Certidão Federal); e 141123.000002/2024-10 (Corecon- AC), Balancete 3º trimestre 2024, Diligência (Débitos Certidão Federal). A conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima, apresentou o processo nº 141100.000158/2025-40 (Corecon-GO), Diligência (Faltam documentos obrigatórios) e, por fim, a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou com diligência o processo nº 141116.000072/2025-48 (Corecon-SE), Diligência (Falta documentos obrigatórios). 9. Pendente de Entrega. O presidente da

CTC, Paulo Hermance Paiva, relatou as pendências de entrega: Balancete 1º trimestre 2025, 23ª Corecon-AC e Balancete 1º trimestre 2025, 1ª Corecon-RJ. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou as pendências: Balancete 1º trimestre 2025, 8ª Corecon-CE; Balancete 1º trimestre 2025, 20ª Corecon-MS e Prestação de Contas 2024, 8ª Corecon-CE.3.2. *Processos Administrativos*; 3.2.1. *Processos de Fiscalização e Registro Profissional: integrantes da Comissão de Fiscalização e Registro Profissional*; **Comissão de Fiscalização e Registro Profissional**. Relatora: conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou seus votos nos processos de recurso: Cancelamento de Registro; **1. SEI nº 110000940.000141/2023-51**, Interessado: João Arthur Donadon, Origem: Corecon/SP, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes absteve-se da votação. Em votação, aprovado pela maioria.**2. SEI nº 141106.000176/2024-91**, Interessado: Marcelo Ferreira dos Santos Junior, Origem: Corecon/PR, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. Em votação, aprovado por unanimidade. **3. SEI nº 141102.000211/2024-10**, Interessado: Giovani Torre, Origem: Corecon/SP e Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, absteve-se da votação. Em votação, aprovado pela maioria. Relatoria da conselheira federal Maria de Fátima Miranda, recurso: cancelamento de registro: **4. SEI nº 141102.000333/2024-06**, Interessado: Victor Weber, Origem: Corecon/SP, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, absteve-se da votação. Em votação, aprovado pela maioria. **5. SEI nº 141102.000385/2024-74**, Interessado: Carlos Vitorio Gorreri, Origem: Corecon/SP, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, absteve-se da votação. Em votação, aprovado pela maioria. Recurso: Remissão de Débitos. **6. SEI nº 141102.000137/2025-12**, Interessado: Bruno Vinicius Peronti, Origem: Corecon/SP, Recurso: Remissão de Débitos. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, absteve-se da votação. Em votação, aprovado pela maioria. Relatoria da conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício. **7. SEI nº 141106.000178/2024-80**, Interessado: Heverson Jean da Silva, Origem: Corecon/PR, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. Em votação, aprovado por unanimidade. **8. SEI nº 141110.000081/2025-99**, Interessado: Helvecio Boaventura Leite Filho, Origem: Corecon/MG, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. Em votação, aprovado por unanimidade. **9. SEI nº 141102.000340/2025-81**, Interessado: Thiago Soares Casqueiro, Origem: Corecon/SP, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. A relatora apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, absteve-se da votação. Em votação, aprovado

pela maioria. Relatoria do conselheiro federal Paulo Hermance Paiva. Recurso: Cancelamento de Registro. 10. SEI nº 141106.000135/2024-02, Interessada: Leticia Marques dos Santos, Origem: Corecon/PR, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O relator apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. Em votação aprovado por unanimidade. **11. SEI nº 141102.000043/2025-35**, Interessada: Vanessa Cristina Oliva, Origem: Corecon/SP, Assunto: Recurso - Cancelamento de registro. O relator apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, absteve-se da votação. Em votação, aprovado pela maioria. Recurso: Remissão de Débitos. 12. SEI nº 141102.000083/2024-04, Interessado: Salvador da Cunha Filho, Origem: Corecon/SP e Assunto: Recurso – Remissão de débitos. O relator apresenta seu voto, no qual conhece o recurso, nega provimento ao recurso e, no mérito, mantém a decisão proferida pelo Regional. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, absteve-se da votação. Em votação, aprovado pela maioria. *3.2.2. Processos de Auxílio Financeiro: integrantes da Comissão de Educação. **Comissão de Educação. Auxílio Financeiro.*** A relatora Maria de Fátima Miranda apresentou seu voto favorável para: **Processo SEI nº 141113.000100/2025-57**, Auxílio Financeiro Corecon-AM/RR: XIII ENAM, valor solicitado: R\$ 40.000,00, valor aprovado: R\$ 7.971,10. Em votação, aprovado por unanimidade. **Processo SEI nº 141100.000145/2025-71**, Auxílio Financeiro Corecon-SC: 29º ENESUL 2025, Valor solicitado: R\$ 8.000,00. A relatora vota pela aprovação do auxílio financeiro **condicionado nos termos do voto**, valor aprovado: R\$ 7.971,10. Em votação, aprovado por unanimidade. **Processo SEI nº 141125.000234/2025-39**, Auxílio Financeiro Corecon-TO: Encontro dos Economistas do Estado do Tocantins – ENETO, valor solicitado e aprovado: R\$ 4.000,00. A relatora vota pela aprovação do auxílio financeiro condicionado e com ressalvas nos termos do voto. Em votação, aprovado por unanimidade. A relatora Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou seu voto favorável para os processos a seguir: **Processo SEI nº 141100.000116/2025-17**, Auxílio Financeiro: 48º ENECO, valor solicitado: R\$ 32.125,00, valor aprovado R\$ 7.971,10. A relatora vota pela aprovação do auxílio financeiro condicionado e com ressalvas nos termos do voto. Colocado em votação, aprovado por unanimidade. **Processo SEI nº 141117.000083/2025-18**, Auxílio Financeiro Corecon-ES: Prêmio ES de Economia, Valor solicitado e aprovado: R\$ 6.376,88. A relatora vota pela aprovação do auxílio financeiro condicionado nos termos do voto. Em votação, aprovado por unanimidade. **Processo SEI nº 141106.000037/2025-48**, Auxílio Financeiro Corecon-PR: 35º Prêmio Paraná de Economia 2025, Valor solicitado e aprovado: R\$ 3.400,00. Em votação, aprovado por unanimidade. *3.2.3. Processo de Modernização Tecnológica: integrante da Comissão de Governança. **Comissão de Governança*** Auxílio Financeiro. O relator João Manoel Gonçalves Barbosa apresentou seu voto negando o pedido de apoio para o processo a seguir: **1. Processo SEI nº 141105.000097/2025-71**, Auxílio Financeiro Corecon-BA: Investimento em equipamentos de informática, Valor solicitado: R\$ 4.440,00. Em razão de divergência de entendimentos, o processo foi retirado de pauta e, tão logo haja uma reformulação orçamentária, será novamente incluído para apreciação em plenário. (*áudio e vídeo, tarde, 30.05.2025 – 02:26:10 – 04:55:36*). **4. Ordem do Dia. 4.1. Programa Nacional de Recuperação de Créditos (Processo SEI nº 110000940.000189/2023-69)**; Relator: conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, coordenador da Comissão de Normas e Legislação. O relator apresentou seu voto nos seguintes termos: *Trata-se de processo administrativo retomado, após a suspensão do IX Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons*

(RECRED), por meio da Resolução 2.164/2024, para melhor estudo das decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre remissão de acessórios sobre créditos devidos e não pagos aos conselhos profissionais. Por ocasião da mais recente Plenária Ampliada, em fevereiro passado, os Presidentes de Corecons solicitaram a reinstituição do RECRED, porque este permitiu o recebimento de débitos antigos de economistas e pessoas jurídicas, contribuindo para as receitas e o fluxo de caixa dos Regionais. Antes do mais, convém dizer que o RECRED é mais importante para os Corecon e o Cofecon do que para os economistas e pessoas jurídicas devedoras. Pela legislação aplicável aos conselhos profissionais, não é permitido suspender ou cancelar registros em virtude da inadimplência, mesmo que de muitos exercícios. Em suma, o economista inadimplente pode exercer a profissão tanto quanto um adimplente, ficando apenas com uma dívida que será cobrada pelo respectivo Corecon. Mas, no quadro atual de dificuldades financeiras e estruturais da maioria dos Regionais, não será o RECRED o único instrumento necessário para que se restabeleça a capacidade de funcionamento, investimento e cumprimento das obrigações legais dos Corecons. Após nove edições anteriores do RECRED, teremos a oportunidade, paralelamente à vigência da décima, de encetar o programa de revitalização dos Corecons, cujas linhas gerais foram apreciadas pelo Plenário do Cofecon no final de 2024 e cuja gestão encontra-se afeta à Comissão de Governança e Planejamento. Não por acaso, um dos Regionais consultados sobre o seu interesse em aderir ao novo RECRED informou que não aderiria, pois, a partir da experiência com as edições anteriores e utilizando novos métodos de cobrança e execução de dívidas, estabeleceu rotinas que não permitem que a inadimplência se acumule, de modo que julga que o novo programa, na forma como proposto, não seria de valia dentro da sua estratégia de reduzir a inadimplência. Quiçá se consiga, ao final do X RECRED, atingir os mesmos patamares em outros Regionais, dispensando a futura instituição de uma 11ª edição. Mas, neste momento, este relator julga, com a concordância dos integrantes da Comissão de Governança e Planejamento e da Comissão de Normas e Legislação, que é útil e necessário instituir-se o X RECRED. Em exame prévio de legalidade, a Procuradoria Jurídica do Cofecon, após examinar as normas legais, emitiu o Parecer nº 23/2025, o qual concluiu pela possibilidade jurídica de instituição de novo RECRED à luz das políticas de recuperação de crédito no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, nos termos do § 2º do artigo 6º da Lei nº 12.514, de 2011, oportunidade na qual se propõe a presente minuta para apreciação pelo Plenário do Cofecon. Alguns esclarecimentos sobre o conteúdo da referida minuta: 1. Podem ser incluídos débitos vencidos até 31/03/2024, com cobrança ajuizada ou não; 2. A adesão dos Corecons é facultativa e pode ser formalizada até 31/07/2025; 3. Como há, no sistema BRC, débitos que são corrigidos pelo INPC (vencidos até 31/12/2021) e outros corrigidos pela Taxa SELIC (vencidos a partir de 01/01/2022 e, no caso daqueles vinculados ao Corecon-GO e ao Corecon-RJ, também os débitos mais antigos), foi feita uma distinção quanto à redução de encargos; 4. Para os débitos corrigidos pelo INPC, os Corecons poderão dispensar os juros de mora e a multa; 5. Para os débitos corrigidos pela Taxa SELIC, a dispensa só poderá incidir sobre a multa; 6. Os descontos podem ser de até 100% dos encargos mencionados nos itens 10.4 e 10.5 se o pagamento for à vista, diminuindo o seu percentual quanto maior o número de parcelas, até o desconto mínimo de 40% se o parcelamento se der entre 26 e 30 vezes; 7. O parcelamento poderá ocorrer em até 30 prestações mensais, respeitado o valor mínimo da parcela de R\$ 100,00; 8. A adesão ao RECRED, pelo devedor, poderá ocorrer entre 01/06/2025 e 30/05/2026; 9. Deixando o devedor de quitar as parcelas acordadas pela adesão ao RECRED, a sua dívida voltará à situação anterior, deduzidos os valores pagos desde o acordo; 10. Sobre

os valores dos débitos a serem parcelados, que estejam inscritos em dívida ativa e/ou executados judicialmente, serão acrescidos honorários advocatícios, nos termos da lei e das normas internas do Cofecon, bem como custas judiciais, se houver; 11. Os Corecons aderentes ao RECREDE devem apresentar relatórios periódicos dos resultados alcançados pelo programa, junto com os balancetes trimestrais. Todos os Corecons, aderentes ou não ao RECREDE, devem apresentar relatório dos resultados alcançados na recuperação de seus créditos, com ou sem o programa junto com as prestações de contas anuais. Assim, a recomendação deste relator é a APROVAÇÃO da minuta submetida ao Plenário, que encerra o IX Programa de Recuperação de Crédito e institui o X RECREDE. Após esclarecimentos, a minuta de resolução foi colocada em votação e aprovada por unanimidade.

4.2. Regulamentação da fixação de multa por descumprimento de norma aplicada ao Sistema Cofecon/Corecons (Processo SEI nº 141100.000155/2025-14); Relator: conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, coordenador da Comissão de Normas e Legislação. O relator apresentou seu voto nos seguintes termos: “Trata-se de processo administrativo iniciado pelo Corecon-SP, SEI 141102.000293/2025-75, questionando que valor de multa poderia aplicar pela falta de entrega de diploma pelo neo-registrado, no prazo de 12 meses após o seu registro no Regional. De fato, a Resolução 1.945/2011, em seu art. 6º, parágrafo 4º, prevê a aplicação de multa em função do descumprimento dessa obrigação pelo economista recém-registrado. Entretanto, as resoluções anuais do Cofecon que fixam os limites de valores das anuidades e dos emolumentos e os percentuais sobre as anuidades no caso de multas, tal multa nunca foi prevista, tornando inviável a sua aplicação. Após discussões da matéria, e incorporando manifestações realizadas durante a Plenária, propomos que seja tipificada multa por não entrega do diploma no prazo deferido pelo Corecon, para registros realizados na indisponibilidade do diploma previsto na Resolução nº 1.945, de 2011. Para tanto, sugere-se a inclusão do inciso VIII na tabela constante no artigo 4º da Resolução nº 2.170, de 1º de outubro de 2024, com a seguinte redação: Art. 4º [...] Tipificação da infração: VIII. não apresentação de diploma no prazo final deferido pelo Corecon, para os registros formalizados na indisponibilidade do diploma. Base Legal: Parágrafo 4º do artigo 6º da Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015 e Valor da multa Até 100% do valor da anuidade vigente”. Após esclarecimentos e ajustes nas normas, o processo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

5. Ordem do Dia

5.1. Análise de Cursos Conexos passíveis de Registro: 5.1.1. Relações Internacionais da Faculdade La Salle Manaus (Processo SEI nº 141113.000086/2025-91); Relatora: conselheira federal Kerssia Preda Kamenach. A relatora apresentou seu relato e o plenário deliberou para fins de análise do curso de Relações Internacionais da Faculdade La Salle Manaus visando seu reconhecimento como curso conexo à Economia, solicitar à instituição de ensino o envio dos documentos especificados: Projeto Pedagógico do Curso (PPC) - deverá ser encaminhado o PPC completo, contendo a estrutura curricular, carga horária total e por disciplina; Ementário Detalhado - deverão ser fornecidas as ementas de todas as disciplinas, com seus respectivos objetivos específicos, além da bibliografia básica e complementar, quando aplicável. Em votação, foi aprovado por unanimidade o registro do curso conexo.

5.1.2. Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (Processo SEI nº 141113.000101/2025-00); Relatora: conselheira federal Kerssia Preda Kamenach. A relatora apresentou seu relato mencionando que o curso em questão atende aos requisitos necessários, uma vez que contempla, em sua formação, conhecimentos essenciais nas áreas de economia e finanças, fundamentais para o bom desempenho de atividades correlatas à profissão de economista. A carga horária dedicada a essas disciplinas (900 horas, correspondendo a 33,3% do

curso) demonstra a relevância e a profundidade dos conteúdos ofertados, alinhando-se às exigências para o exercício profissional na área específica. 5.1.3. *Matemática Aplicada a Negócios da Universidade de São Paulo - USP (Processo SEI nº 141102.002429/2025-81)*; Relatora: conselheira federal Kerssia Preda Kamenach. A relatora apresentou seu voto, esclarecendo que o pleito visa à autorização de registro profissional dos egressos daquele curso no sistema Cofecon/Corecons, com base na análise do conteúdo das disciplinas ofertadas. O curso tem duração de 4 anos, divididos em 8 semestres, com carga horária total de 2.700 + 300 horas de AEX. O curso em questão atende aos requisitos necessários, uma vez que contempla, em sua formação, conhecimentos essenciais nas áreas de economia e finanças, fundamentais para o bom desempenho de atividades correlatas à profissão de economista. A carga horária dedicada a essas disciplinas (2.040 horas, correspondendo a 75,55% do curso) demonstra a relevância e a profundidade dos conteúdos ofertados, alinhando-se às exigências para o exercício profissional na área específica. Nesse contexto, o voto da relatora foi pela aprovação do registro dos bacharéis em Matemática Aplicada a Negócios da Universidade de São Paulo - USP, Código do Curso no e-Mec 80509, no sistema Cofecon/Corecons. Em votação, aprovado por unanimidade. 5.2. *Avaliação de programas de mestrado e doutorado em Economia passíveis de registro e regulamentação de campo de atuação profissional: 5.2.1. Mestrado em Economia. Área de Concentração em Desenvolvimento Econômico, da Universidade Federal da Bahia – UFBA (Processo SEI nº 141102.001533/2025-59)*; Relator: conselheiro federal Carlos Alberto Safatle. O relator expôs seu voto considerando os elementos técnicos e jurídicos apresentados, vota pela aprovação do registro profissional do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), reconhecido pela Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019, com Área de Concentração em "Desenvolvimento Econômico" e Linhas de Pesquisa em: (i) economia política do desenvolvimento; e (ii) desenvolvimento regional e meio ambiente. 5.2.2. *Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Área de Concentração em Economia Social e do Trabalho, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (Processo SEI nº 141102.001305/2025-89)*; Relator: conselheiro federal Carlos Alberto Safatle. O relator mencionou que o programa atende integralmente aos requisitos da Resolução Cofecon nº 2.113/2022, apresentando conteúdo programático compatível com as atribuições profissionais do economista. Diante do exposto, vota pela aprovação do registro profissional do Doutorado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, reconhecido pela Portaria MEC nº 524, de 29/04/2008, com Área de Concentração em Economia Social e do Trabalho, com Linhas de Pesquisa em: (i) desenvolvimento, trabalho e estrutura social; (ii) desenvolvimento e políticas públicas; e (iii) desenvolvimento, regulação do trabalho e sindicalismo. 5.2.3. *Mestrado em Economia do Desenvolvimento. Área de Concentração Desenvolvimento Econômico, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (Processo SEI nº 141104.000200/2025-92)*; Relator: conselheiro federal Carlos Alberto Safatle. O relator comunicou que a análise realizada pela Comissão de Educação constatou que o programa atende plenamente aos requisitos para registro na área de Economia, considerando a natureza interdisciplinar do desenvolvimento econômico, alinhada às competências profissionais do economista e está em conformidade com a Resolução Cofecon nº 2.113/2022, que regulamenta o registro de pós-graduações stricto sensu. Diante do exposto, entende-se que o Mestrado em Economia do Desenvolvimento da PUCRS possui qualificação suficiente para registro profissional como Mestres em Economia. Assim, voto pela aprovação do registro do Mestrado Acadêmico em Economia do Desenvolvimento da PUCRS, com área de concentração em "Desenvolvimento

Econômico", para fins de regulamentação profissional no Sistema Cofecon/Corecons. 5.2.4. *Mestrado Profissional em Economia. Área de Concentração em Controladoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Processo SEI nº 141104.000219/2025-39)*; Relator: conselheiro federal Carlos Alberto Safatle. O relator alegou que foi verificado que o programa atende integralmente aos requisitos da Resolução Cofecon nº 2.113/2022, apresentando conteúdo programático compatível com as atribuições profissionais do economista. Diante do exposto, vota pela aprovação do registro profissional de Mestre em Economia do Mestrado Profissional em Economia da UFRGS, reconhecido pela Portaria MEC nº 2.530/2002, com área de concentração em "Controladoria" e linhas de pesquisa em "Economia de Empresas e Controladoria".

5.2.5. *Mestrado Economia Política Mundial. Área de Concentração em Economia Política, da Universidade Federal do ABC (Processo SEI nº 141102.002250/2025-24)*; relator: conselheiro federal Carlos Alberto Safatle. O conselheiro relator mencionou que o programa atende integralmente aos requisitos estabelecidos pela Resolução Cofecon nº 2.113/2022, apresentando grade curricular e ementário plenamente alinhados com as atribuições profissionais do economista, tanto no aspecto da formação acadêmica quanto no desenvolvimento das competências profissionais necessárias. Diante dos elementos técnicos e jurídicos apresentados, vota pela aprovação do registro profissional do Mestrado Acadêmico em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC - Cód. 33144010172M6), reconhecido pela Portaria MEC nº 2.169, de 20/12/2019, com Área de Concentração em Economia Política, linhas de pesquisa: (i) Trajetórias do Sul da África, Ásia, América Latina e Caribe; (ii) Conhecimento, produção e trabalho; (iii) Relações étnico-raciais no mundo contemporâneo; (iv) Gênero, reprodução social e feminismos. Os processos relatados pelo conselheiro federal Carlos Alberto Safatle foram colocados em votação e aprovado por unanimidade.

5.3. *Proposta de deliberação da Comissão de Negociação Funcional (Processo SEI nº 141100.000092/2025-98)*; Relatora: conselheira federal Lucia dos Santos Garcia, coordenadora da Comissão de Negociação Funcional. A relatora apresentou proposta de reajuste pelo INPC de todas as cláusulas financeiras (maio de 2024 a abril de 2025) em 5,32%. Após esclarecimentos, o voto da relatora foi colocar em votação e aprovado por unanimidade.

5.4. *Atualização dos valores das diárias (Processo SEI nº 141100.000170/2024-73)*; Relator: vice-presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves Barbosa. O relator apresentou o cálculo de atualização do valor da diária de R\$ 1.045,00, nos termos da Portaria nº 20, de 25 de junho de 2025. O processo tem como objetivo corrigir o valor da diária paga pelo Conselho Federal de Economia aos seus membros, funcionários e agentes em viagens no território nacional, no percentual de 5,32%, correspondente à variação do INPC-IBGE, no período de abril de 2024 a março 2025, passando ao montante de R\$ 1.099,00 (um mil e noventa e nove reais). Após consideração, o processo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

5.5. *Plano de Dados Abertos do Sistema Cofecon/Corecons (Processo SEI nº 141100.000088/2024-49)*; Relatora: vice-coordenadora Maria do Socorro Erculano de Lima. A relatora apresentou seu voto nos seguintes termos: “Trata-se de processo administrativo decorrente de demanda oriunda do TCU, que, pelos Ofícios nº 37620/2024-TCU/Seproc e nº 5823/2025-TCU/Seproc, notificou o Cofecon, respectivamente, dos Acórdão nº 1648/2024 e nº 376/2025, ambos do Plenário do TCU, proferidos no bojo do TC nº 006.251/2023-4. Tais decisões, em síntese, determinam aos conselhos federais que elaborem e publiquem plano de dados abertos de forma integrada dentro de cada sistema profissional, além de recomendar que as instâncias de auditoria interna de cada sistema/conselho avaliem e certifiquem o processo de publicação de

dados abertos e transparência, para garantir a fidedignidade e a qualidade das informações em aderência aos parâmetros definidos na Lei 12.527/2011 e ao Plano de Dados Abertos do respectivo sistema profissional (caso o regional não tenha auditoria interna, caberá ao federal exercer o papel, conforme o Acórdão 2.542/2015-TCUPlenário). Com relação à recomendação de que a auditoria interna de cada sistema/conselho avalie e certifique o processo de publicação de dados abertos e transparência, destaca-se que no âmbito do Cofecon tais atribuições são de responsabilidade da Comissão de Governança e Planejamento, razão pela qual não se justifica a execução de tais atividades por parte da Comissão de Tomada de Contas. Todavia, em atendimento à determinação exarada pelo TCU no que se refere à elaboração e publicação de Plano de Dados Abertos, é que se propõe a aprovação da minuta em anexo, a qual se destina a aprovar o Plano de Dados Abertos (PDA) do Sistema Cofecon/Corecons, conforme regras estipuladas pelo Decreto nº 8.777, de 2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, e pela Resolução nº 03, de 2017, do Comitê de Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Plano de Dados Abertos. Por oportuno, a título de contribuição e de aperfeiçoamento da normatização interna, sugere-se que sejam iniciados estudos pelo Cofecon a respeito da pertinência e da viabilidade de alteração do Manual de Procedimentos Contábeis e Financeiros do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.841, de 2010 do Cofecon, no sentido de incluir dados atinentes à transparência e à fiscalização como informações obrigatórias a constar dos balancetes trimestrais, dos relatórios de gestão e das prestações de contas dos Corecons, inclusive em formato aberto, em consonância com a Decisão Normativa nº 216/2025 do Tribunal de Contas da União (TCU)". Após os esclarecimentos, o item foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

6. Galeria de Ex-Presidentes do Cofecon. 6.1. Descerramento da Placa de Homenagem ao Econ. Paulo Dantas da Costa, presidente da Autarquia nos exercícios de 2023 e 2024. (áudio e vídeo, manhã, 31.05.2025 – 00:00:01 – 04:23:17).

7. Continuação Expediente. 7.1. Informes dos coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon; Comissão de Comunicação. A coordenadora Flávia Vinhaes Santos solicitou a coordenadora de Comunicação do Cofecon, Renata Reis Almeida, para apresentar os trabalhos desenvolvidos ao longo do primeiro semestre. Comissão Governança. O coordenador, João Manoel Gonçalves Barbosa, e a vice-coordenadora, Maria do Socorro Erculano de Lima, informaram sobre as providencias tomadas quanto a demanda do TCU no que se refere aos dados abertos, que determinam aos conselhos federais que elaborem e publiquem plano de dados abertos de forma integrada dentro de cada sistema profissional. Comissão Mulher Economista e Diversidade. A coordenadora da comissão, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, apresentou a programação do III Seminário Mulher Economista e Diversidade. Comissão de Fiscalização e Registro. A coordenadora Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou o programa de trabalho que tem como objetivo aprimorar os processos de fiscalização e registro profissional dos economistas no Brasil. Congresso Brasileiro de Economia (CBE). O coordenador Antonio Corrêa de Lacerda passou os informes do comitê científico do XXVI CBE, mencionou que foram acolhidas várias indicações de nomes e que o comitê científico se reunirá com o comitê executivo a fim de formar as mesas para contemplar os temas e as indicações. Atualização da Legislação Profissional do Economista, Paulo Dantas da Costa, juntamente com o vice-coordenador Pedro Afonso Gomes, apresentou informes sobre as atividades desenvolvidas em defesa da profissão.

7.2. *Relato e eventual deliberação sobre o processo de intervenção no Corecon-AC; Exposição: Econ. Heric Santos Hossoé,*

interventor nomeado pelo Cofecon. O interventor apresentou seu relato com detalhamento e concluindo que durante o período da intervenção no Corecon-AC, fica evidente que os gestores anteriores agiram com negligência e omissão ao deixarem de realizar os recolhimentos de impostos e contribuições previdenciárias obrigatórias, ocasionando graves prejuízos financeiros e jurídicos à entidade. Embora tenha sido efetuado o pagamento integral das dívidas inscritas em Dívida Ativa e extintas as execuções fiscais, com recursos do Cofecon, permanecem pendências não inscritas em Dívida Ativa, no valor de R\$ 28.002,54, relativas a contribuições previdenciárias (INSS) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Tal conduta omissiva configura flagrante descumprimento dos princípios da legalidade, moralidade e eficiência que norteiam a administração pública e as entidades de interesse público, comprometendo a regularidade e a credibilidade do Corecon-AC. Portanto, é imprescindível a instauração de procedimentos formais para apuração da responsabilidade administrativa, civil e, se cabível, criminal dos gestores responsáveis pela negligência na gestão fiscal e previdenciária. Recomenda-se ainda a adoção de medidas para a recuperação dos valores pendentes, visando a reparação dos danos e a prevenção de novas irregularidades. 1. Reconhecimento da incapacidade financeira do Corecon-AC para quitar os débitos remanescentes com recursos próprios, devendo ser providenciado novo aporte financeiro pelo Cofecon para regularização junto à Receita Federal; 2. Abertura de processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade dos ex-gestores; 3. Encaminhamento dos autos aos órgãos competentes, tais como o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Receita Federal, para análise e providências cabíveis; 4. Prosseguimento das ações de cobrança administrativa e judicial de créditos do Corecon-AC, especialmente os inscritos em dívida ativa; 5. Aprovação de programa de recuperação de créditos junto aos profissionais inadimplentes, inclusive com possibilidade de parcelamento ou outras formas de incentivo à regularização; 6. Prorrogação do período de intervenção no Corecon-AC pelo Cofecon, a fim de garantir a continuidade do processo de reestruturação institucional e o cumprimento das ações necessárias à plena recuperação da entidade. A adoção dessas medidas é essencial para assegurar a conformidade fiscal, a responsabilização dos gestores omissos, a recuperação financeira do Conselho e o fortalecimento da governança e da transparência institucional. Após discussão, o interventor apresentará próximo relatório considerando que o período da intervenção foi prorrogado automaticamente. **8. Continuação Ordem do Dia. 8.1. Regulamento 10º Desafio Quero Ser Economia 2025 (Processo SEI nº 141100.000090/2025-07);** Relatora: conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício. A relatora informa que o regulamento se encontra em conformidade com a resolução 2.186/2025, considera a necessidade de apresentar novas datas para a realização do 10º Desafio Quero Ser Economista e a necessidade de ampliar a divulgação e participação dos estudantes de ensino médio. A minuta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **8.2. Regulamento do XXXI Prêmio Brasil de Economia 2025 (Processo SEI nº 141100.000089/2025-74);** Relatora: conselheira federal Kerssia Preda Kamenach. A relatora apresentou as mudanças no regulamento do prêmio para este ano, a categoria artigo temático será direcionada aos estudantes de economia, as demais categorias permanecem como do ano anterior. A minuta do regulamento foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **9. Outros Assuntos.** A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou uma proposta da Nota Oficial - Em defesa da ministra Marina Silva e das mulheres na política. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva e o conselheiro federal Pedro Afonso Gomes fizeram sugestões contundentes. Por fim, foi colocado em votação e aprovado conforme minuta apresentada pela conselheira

589 federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina
590 Teixeira, informou que a gestão está trabalhando com a perspectiva, dentro do nosso
591 cenário de redução orçamentária, de realizar uma reforma no quinto andar, para criar um
592 espaço para gravação do *Podcast* Economistas, bem como a contratação de uma empresa
593 de assessoria de imprensa para divulgar as ações do Cofecon. O custo não é alto, mas que
594 irá posteriormente submeter ao plenário. **10.Encerramento.** A presidenta do Cofecon, Tania
595 Cristina Teixeira, agradeceu a presença de todos e, às 14h12, deu por encerrados os trabalhos, dos
596 quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por
597 mim e pela presidenta da Sessão. Brasília, trinta e um de maio de dois mil e vinte e cinco.
598

599 **Econ. Tania Cristina Teixeira**
600 Presidenta do Cofecon

Jane Lopes da Silva
Secretária *ad hoc*

601